



CARTA DE COMPROMISSOS PELA VALORIZAÇÃO DA CARREIRA AMBIENTAL FEDERAL E PELO FORTALECIMENTO DA POLÍTICA AMBIENTAL

Aos candidatos e candidatas ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados,

As servidoras e os servidores da área ambiental federal, por meio de suas entidades representativas e associações estaduais, apresentam esta Carta de Compromissos aos candidatos e candidatas comprometidos com a defesa do meio ambiente, do serviço público e do fortalecimento das instituições responsáveis pela proteção do patrimônio ambiental brasileiro.

O Brasil enfrenta desafios ambientais de grande dimensão. O combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, a proteção da biodiversidade, o enfrentamento das mudanças climáticas, o licenciamento ambiental, a fiscalização e a gestão das unidades de conservação exigem instituições estruturadas, orçamento adequado e servidores públicos em número suficiente e devidamente valorizados.

Nesse contexto, entendemos que o fortalecimento da política ambiental brasileira passa necessariamente pela valorização e pelo fortalecimento da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, bem como das instituições que a integram.

Por essa razão, convidamos os candidatos e candidatas a assumirem publicamente os seguintes compromissos:

1. CONVOCAÇÃO IMEDIATA DOS CADASTROS DE RESERVA DO IBAMA E ICMBIO

Comprometer-se com o apoio efetivo para a convocação dos candidatos aprovados no cadastro de reserva dos concursos públicos do IBAMA e ICMBio, considerando a necessidade de recomposição da força de trabalho e o déficit de servidores existente para o adequado cumprimento das atribuições de fiscalização, licenciamento, monitoramento, prevenção, combate aos ilícitos ambientais e gestão de unidades de conservação.

A ampliação do quadro de servidores representa investimento direto na capacidade do Estado brasileiro de proteger o meio ambiente e fazer cumprir a legislação ambiental.

Compromisso:

COMPROMETO-ME.

2. CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO FUNAMB — FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA CARREIRA AMBIENTAL FEDERAL

Comprometer-se com o apoio efetivo para a criação e aprovação do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Carreira Ambiental Federal — FUNAMB, como instrumento permanente de fortalecimento da capacidade operacional dos órgãos ambientais federais.

A proposta de FUNAMB estabelece um fundo destinado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), IBAMA, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro (SFB), voltado ao aparelhamento, à modernização e à operacionalização das

atividades-fim das instituições e à valorização das condições de trabalho dos servidores da área ambiental federal.

Entre seus objetivos e aplicações estão o financiamento de viaturas, embarcações, aeronaves, equipamentos de tecnologia da informação, sensoriamento remoto, geoprocessamento e comunicação, além da construção, reforma e manutenção de bases operacionais, unidades de conservação e postos de fiscalização. A proposta também contempla capacitação continuada, saúde ocupacional, segurança do trabalho e equipamentos de proteção para atividades de campo.

A proposta prevê ainda recursos para o custeio de transporte, hospedagem e alimentação de servidores em missões e operações das atividades-fim, bem como despesas relacionadas à saúde dos servidores, mediante ressarcimento de gastos comprovados.

O FUNAMB deverá contar com Conselho Gestor, com participação do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos dirigentes do IBAMA, ICMBio e SFB e de representantes indicados pelas entidades representativas dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA), com direito a voz e voto.

Dessa forma, o compromisso proposto aos candidatos e candidatas é:

- apoiar a criação e aprovação do FUNAMB;
- defender a garantia de fontes permanentes e suficientes de financiamento para o Fundo;
- defender que os recursos sejam efetivamente destinados ao aparelhamento e à operacionalização das atividades-fim dos órgãos ambientais federais;
- apoiar mecanismos de transparência, controle e prestação de contas sobre a arrecadação e aplicação dos recursos;
- defender a participação das entidades representativas dos servidores na governança do Fundo, conforme previsto na proposta.

Compromisso:

COMPROMETO-ME

3. FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS FEDERAIS

Comprometer-se com o apoio efetivo para o fortalecimento institucional do IBAMA, do ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, assegurando recursos humanos, orçamentários, tecnológicos e estruturais compatíveis com a dimensão das responsabilidades atribuídas a essas instituições.

Isso inclui a defesa de:

- realização periódica de concursos públicos;
- recomposição permanente da força de trabalho;
- melhoria da infraestrutura das unidades descentralizadas;
- modernização dos equipamentos e sistemas de fiscalização e monitoramento;
- condições adequadas de segurança e trabalho;
- fortalecimento da presença do Estado nas regiões ambientalmente estratégicas.

Compromisso:

COMPROMETO-ME.

4. VALORIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA AMBIENTAL FEDERAL

Comprometer-se com o apoio efetivo para a valorização permanente dos servidores da área ambiental federal, reconhecendo a complexidade, a responsabilidade e a relevância estratégica das atividades desenvolvidas pela carreira.

Nesse sentido, apoiar iniciativas destinadas à:

- valorização remuneratória;
- aperfeiçoamento da estrutura da carreira;
- melhoria das condições de trabalho;
- qualificação e capacitação permanente;
- proteção e segurança dos servidores em atividades de campo;
- valorização das funções de fiscalização, licenciamento, gestão, monitoramento e proteção ambiental.

Compromisso:

COMPROMETO-ME.

5. LOCALIDADES ESTRATÉGICAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES:

Comprometer-se com o apoio efetivo para a aprovação e implementação da política de lotação e indenização para servidores que atuam em localidades estratégicas, especialmente aquelas situadas em regiões de fronteira e em áreas de elevada relevância ambiental e operacional.

Nesse sentido, apoiar a aprovação definitiva das medidas previstas no Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12/2026, decorrente da MPV nº 1.375/2026, defendendo a inclusão e o atendimento adequado dos servidores da área ambiental federal.

Compromisso:

COMPROMETO-ME

6. INDENIZAÇÃO PELA FLEXIBILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DO REPOUSO REMUNERADO

Comprometer-se com a criação de mecanismo legal de indenização pela flexibilização voluntária do repouso remunerado para os servidores integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e que atuam em atividades de fiscalização, prevenção e combate aos incêndios florestais, operações de campo, emergências ambientais, viagens de negociação e representação, e demais ações que, pela sua natureza, demandam atuação excepcional fora da jornada regular.

A atividade ambiental federal possui características que frequentemente exigem atuação em finais de semana, feriados, períodos noturnos e durante os períodos ordinariamente destinados ao repouso, especialmente em viagens de representação, operações de fiscalização, combate a ilícitos ambientais, prevenção e combate a incêndios florestais e atendimento a situações emergenciais.

O ordenamento jurídico federal já apresenta precedentes de mecanismos de compensação financeira para servidores que, voluntariamente, deixam de usufruir integralmente do repouso remunerado para atender necessidades excepcionais do serviço público.

No âmbito da Polícia Federal, a Portaria MJSP nº 186/2022 regulamenta a indenização ao servidor que voluntariamente deixa de usufruir integralmente do repouso remunerado e permanece à disposição do serviço, mediante escala previamente elaborada. A norma prevê disponibilidade em regime de sobreaviso após a jornada regular e admite o pagamento em pecúnia ou a compensação das horas, conforme regulamentação.

Também constitui precedente relevante a Indenização pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado destinada aos policiais rodoviários federais. Segundo a Câmara dos Deputados, a Lei nº 13.712/2018 criou o benefício para situações em que o policial renuncia à folga para participar de ações consideradas relevantes, complexas ou emergenciais pela instituição.

Diante desses precedentes, as entidades representativas da área ambiental federal defendem a criação de instrumento equivalente para os servidores ambientais, observadas as especificidades das atividades desempenhadas pelos órgãos ambientais federais.

O mecanismo deverá observar, entre outros, os seguintes princípios:

- adesão voluntária do servidor;
- existência de escala ou programação prévia das atividades, sempre que possível;
- utilização em situações de necessidade excepcional do serviço, operações programadas, viagens ou atividades que demandem atuação fora da jornada regular;
- pagamento de indenização específica pelo período de repouso remunerado voluntariamente flexibilizado;
- possibilidade de regulamentação de limites máximos de horas e de servidores envolvidos, de modo a preservar a saúde e a segurança dos trabalhadores;
- critérios objetivos e transparentes para convocação e pagamento;
- registro e controle das horas efetivamente realizadas;
- garantia de que a adesão ao mecanismo não implique supressão permanente do direito ao descanso ou utilização habitual do servidor além de sua jornada regular;
- natureza indenizatória da parcela, sem incorporação ao vencimento básico ou utilização como base de cálculo para outras vantagens, observada a legislação específica.

A reivindicação busca, portanto, reconhecer e compensar adequadamente a disponibilidade extraordinária dos servidores ambientais federais, sem transformar a flexibilização do repouso em mecanismo ordinário de suprimento de déficit de pessoal.

Compromisso:

COMPROMETO-ME.

COMPROMISSO COM O MANDATO

Ao assinar esta Carta, o(a) candidato(a) declara publicamente seu compromisso de apoiar, defender e atuar pela concretização das pautas acima durante o exercício do mandato, utilizando, dentro de suas atribuições constitucionais, os instrumentos legislativos, orçamentários e políticos disponíveis.

O compromisso poderá ser acompanhado pelas entidades representativas dos servidores da área ambiental federal, que poderão divulgar publicamente a relação dos candidatos que aderirem à presente Carta.

As entidades signatárias pretendem estabelecer, após as eleições, mecanismos permanentes de diálogo, acompanhamento e prestação de contas, permitindo verificar a evolução das pautas assumidas e a atuação dos parlamentares eleitos.

A presente Carta não implica compromisso de apoio eleitoral, filiação partidária ou vinculação político-partidária, constituindo manifestação pública de compromisso com

políticas de Estado, com a valorização do serviço público e com a proteção do meio ambiente brasileiro.

ACOMPANHAMENTO PÓS-ELEIÇÃO

As entidades signatárias poderão realizar, periodicamente, avaliação pública da atuação dos parlamentares que aderirem à presente Carta, considerando:

- proposições legislativas apresentadas ou apoiadas;
- emendas e iniciativas orçamentárias;
- manifestações e votações relacionadas às pautas ambientais;
- articulação junto ao Poder Executivo;
- participação em audiências públicas e debates relacionados à política ambiental;
- evolução das pautas assumidas nesta Carta.

O compromisso assumido nesta Carta será acompanhado e poderá ser cobrado publicamente pelas entidades representativas dos servidores.

TERMO DE ADESÃO

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de _____, pelo partido _____, declaro que conheço o conteúdo desta Carta de Compromissos e assumo publicamente o compromisso de apoiar as pautas nela estabelecidas, dentro das minhas atribuições e possibilidades institucionais, caso eleito(a).

_____, _____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

ENTIDADES PROPONENTES:

_____.Servidor;Representante _____.

_____.Servidor representante: _____.

_____.Servidor representante: _____.

IMPORTANTE: Envie assinada para o email ascema.nacional@gmail.com